

SJS.  
A



LAR BENEFICENTE DE  
**S. JORGE**

dedicação e serviço

**Relatório e Contas**

**Ano 2019**



SSB.  
\*

## ÍNDICE

1. Identificação da Entidade.....	3
2. Relatório de Atividades e de Gestão.....	4
3. Balanço.....	17
4. Demonstração de Resultados.....	18
5. Demonstração de Fluxos de Caixa.....	19
6. Anexo às Demonstrações Financeiras.....	20



Denominação Social: Lar Beneficente de S. Jorge

Sede: Rua de S. Jorge, 304, 4835-351 Guimarães

NIPC: 501 268 138

Constituição: 01/03/1954

Atividade Principal: Atividades Apoio Social para pessoas idosas com alojamento

### **Corpos Gerentes**

- **Direção**

Presidente – André Guimarães Coelho Lima

Vice-Presidente – Manuel José da Cunha Teixeira e Melo

Tesoureiro – José Eduardo Salgado Fontão

Primeiro Secretário – Patrícia Gabriela da Cunha Ferreira Fernandes

Segundo Secretário – Paula Mota Correia

Vogal – José Miguel Fernandes Coelho Lima

Vogal – Maria Micaela Barroso Fontão

Suplente – Eduardo Jorge Vidal Ferreira Fernandes

Suplente – Teresa Maria Almeida Machado

Suplente – Maria de Lurdes Correia Ribeiro

Suplente – Amílcar César Faria Varela

- **Assembleia Geral:**

Presidente – Luís da Cunha Teixeira e Melo

Primeiro Secretário – Francisco Manuel Guimarães Coelho Lima

Segundo Secretário – António Carlos Almeida Salazar

Suplente – Adelino Ribeiro de Abreu

- **Conselho Fiscal:**

Presidente – Albano de Abreu Coelho Lima

Vogal – Luís Filipe Rodrigues Marques Teixeira e Melo

Vogal – Maria Gabriela Rodrigues Marques Teixeira e Melo

Suplente – Ana Margarida Rodrigues Machado



## RELATÓRIO DE ATIVIDADES E DE GESTÃO

### 1. Introdução

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Exas., o Relatório de Gestão referente ao exercício de 2019.

### 2. Mensagem da Direção

Este Relatório de Atividades reporta-se ao último ano do mandato dos órgãos sociais eleitos em 28 de janeiro de 2017, havendo lugar a eleições no início do ano de 2020.

Serve por isso o presente relatório como uma compilação do trabalho feito durante o mandato de três anos, muito embora, por fastidioso e desnecessário (uma vez que consta já dos relatórios de atividades dos anos antecedentes) se não venha a fazer nova exposição do trabalho realizado nos anos precedentes.

Dir-se-á apenas que no primeiro ano, para além da adoção de uma imensidão de medidas essenciais de organização interna melhor referidas no Relatório de Atividades relativo ao ano 2017, a Direção assumiu como prioridade a resolução dos seus dois maiores problemas, a saber:

- a) A ausência de licenciamento para o edifício-sede onde se encontra instalada a valência de Estabelecimento Residencial para Pessoas Idosas (ERPI)
- b) Uma relação com a Segurança Social da qual se revelava uma menor confiança desta entidade de regulação e tutela nos procedimentos da instituição

Tendo a Direção então assumido o compromisso de total resolução destas questões no decurso do presente mandato. O que veio a conseguir-se na plenitude.

No que concerne ao licenciamento do edifício, está já emitida licença de construção e aprovação do projeto para realização das obras pelo que, ao cabo de cerca de três décadas, a instituição está pela primeira vez em cumprimento neste particular.

No que respeita à relação com a Segurança Social, a instituição passou duma imagem



profundamente negativa por incumprimento sucessivo das recomendações daquela entidade de tutela para, conforme referido pela técnica de acompanhamento da instituição, uma das instituições exemplares em todo o distrito. De entre todos os objetivos e conseguintos que em seguida se referirão, este será porventura a que mais nos orgulha. Porque apesar das enormes resistências funcionais, por parte de algumas colaboradoras, acabamos por conseguir impor esta nova filosofia de cumprimento escrupuloso das orientações da Segurança Social, em oposição à até aí vigente de incumprimento ou cumprimento tardio das mesmas, conforme se revela pelo Processo de Acompanhamento da Segurança Social, levantado à instituição pouco após a tomada de posse destes órgãos sociais. Pelo que esta é uma apreciação objetiva e não meramente opinativa.

Na Síntese de Atividades que em seguida se desenvolverá serão melhor explicadas estas como outras matérias que representaram a atividade da Direção do Lar Beneficente de São Jorge, IPSS, durante o ano civil de 2019.

Importa referir ainda, pela importância, que:

- a) Todos os membros da Direção exercem as suas funções dirigentes de forma graciosa
- b) Não existe nenhum trabalhador da instituição que seja simultaneamente dirigente
- c) Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal
- d) Não existem dívidas em mora perante a Segurança Social

Para terminar,

Expressar os nossos agradecimentos a todos os que ao longo deste ano e precedentes manifestaram a sua confiança e preferência nesta instituição, em particular aos utentes e suas famílias pois a eles se deve o crescimento e desenvolvimento do Lar Beneficente de São Jorge, IPSS.

Deixar aos nossos colaboradores uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenhamento e, muito mais do que isso, pela sua dedicação e a forma como transformam esta instituição na casa de cada um dos nossos utentes, sendo essa a marca distintiva que o Lar



Beneficente de São Jorge, IPSS tem que continuar a deixar junto da comunidade e daqueles que servimos.

### 3 Síntese da Atividade

Neste ponto do Relatório de Atividades far-se-á uma apresentação sumária das atividades desenvolvidas durante o exercício que se vem de analisar.

Sendo que, uma vez mais pela relevância dos respetivos assuntos, consideramos dever analisar precipuamente o ponto de situação relativamente àqueles que foram já identificados como os principais problemas com que se deparava a instituição à data da entrada em funções dos atuais órgãos sociais.

#### 3.1 Segurança Social

Como é sabido, a instituição conheceu uma Ação Inspeciva em 16 de agosto 2017, da qual veio a resultar Processo de Acompanhamento cujo cumprimento da primeira notificação consta do relatório do ano 2017.

Sucedo porém que, no decurso do ano 2018, foram surgindo novas exigências por parte da entidade reguladora e fiscalizadora na área da ação social, também na decorrência de nova Ação Inspeciva realizada no início do ano, em 15.01.2018. Designadamente, foram identificadas “Irregularidades” que não constavam nas notificações iniciais e emitidas novas “Orientações” que igualmente não resultavam das visitas inspetivas iniciais e daquilo para que havíamos sido notificados.

No entanto, como sempre temos referido, a intenção e instrução desta Direção é a de cumprir escrupulosamente com aquilo que nos seja exigido pela Segurança Social. Nessa conformidade e mediante a identificação de novas “Irregularidades” e a apresentação de novas “Orientações”, respondeu a instituição em 01.10.2018, em carta assinada pelo Presidente da Direção, na qual dava conta do cumprimento integral de todas as “Irregularidades” detetadas bem como de ter sido dado devido seguimento a todas as “Orientações Emitidas”.

Após nova Ação Inspeciva já no decurso do ano de 2019 – mais concretamente em 22.02.2019 –



a técnica responsável pelo acompanhamento da instituição tendo transmitiu à Diretora Técnica da instituição (Dra. Mónica Marinho), que por sua vez transmitiu à Direção, o seguinte:

*“Após visita ao Lar, a Dr.ª Renata Lameiras evidenciou sinais de grande satisfação, chegando mesmo a dizer que esta Instituição se encontra entre as melhores que ela acompanha (e são cerca de 200 respostas sociais).*

*Referiu também que em conversa com o Dr. José Sá, Director do Núcleo de Respostas Sociais, afirmou que o Lar de S. Jorge dentro de muito pouco tempo será uma Instituição de referência nesta zona.*

*Nada nos pode encher mais de orgulho.*

*Agradecemos toda a ajuda que temos tido da Direção para que isto aconteça.*

*Brevemente iremos receber o relatório final.”*

Após esta visita de sequência da Ação inspetiva, já do início do ano de 2019, em 21.05.2019 a instituição recebeu o relatório resposta final da Segurança Social, que manteve um conjunto muito alargado e circunstanciado de considerações muito positivas, mas mantendo, contudo, duas notas para correção:

- 1) Impedir a acumulação de funções: que em termos práticos implicava a necessidade de contratação de uma animadora social a tempo inteiro;
- 2) Falta de licença de utilização: que, como é sabido, não pode tampouco ser emitida enquanto estiver pendentes licença de construção que se encontra deferida e a aguardar o prazo de 24 meses concedido para a realização das obras que constam no projeto apresentado

Destes dois pontos, o único que podia ser resolvido pela instituição foi solucionado de imediato, tendo-se procedido à contratação de Sara Faria Pereira como animadora sócio-cultural a tempo inteiro, ainda durante o exercício que se vem de analisar, ficando então cumpridas todas as exigências e observações da Segurança Social com exceção, naturalmente, da licença de utilização que apenas poderá ser validamente emitida após estarem concluídas as obras de requalificação total do edifício-sede.

Dá-se assim por encerrado o Processo de Acompanhamento Técnico iniciado em agosto de 2017, deixando de figurar no futuro este item nos relatórios de atividade por ter sido cabalmente cumprido, ao cabo de um mandato tal como foi compromisso desta Direção eleita em 2017, este item da maior relevância para a vida de uma instituição social.



### 3.2 Licenciamento do edifício-sede

Como tem sido dito nos anteriores relatórios, a ausência de licenciamento do edifício-sede era uma situação que se arrastava pelo menos desde 1995 e que, entre outras razões mais intrinsecamente relacionadas com os incumprimentos daí advindos, impediu a instituição de ter uma relação institucional normal com a Câmara Municipal (impedindo o acesso aos subsídios atribuídos no âmbito do RMISSG) o que se tem revelado num défice de apoios municipais ao longo de décadas.

Em 14.06.2017 foi entregue na Câmara Municipal de Guimarães o primeiro projeto com vista à obtenção do licenciamento das instalações.

No ano de 2018 conseguiu-se obter (1) a aprovação do projeto de arquitetura pela Câmara Municipal, (2) a aprovação das obras previstas realizar pela Segurança Social e, finalmente (3) a emissão da licença de construção (em 12.06.2018) que regulariza a situação ilegal do edifício, bastando agora apenas a realização das obras já devidamente licenciadas.

Sucede porém que, como resulta já do relatório de atividades do ano precedente, foi convidado o Arq.º Alexandre Coelho Lima, do consagrado gabinete de arquitetura “Pitágoras”, para projetista da obra de requalificação do edifício-sede. Que, em outubro de 2019, apresentou à Direção uma proposta bastante diferente do projeto inicialmente previsto, bastante maior, mais capacitado e como tal significativamente mais dispendioso. Trata-se de uma requalificação absoluta do edifício-sede (incluindo exteriores), significativamente maior do que estava previsto até então que era tão somente o cumprimento das exigências efetuadas pela Câmara Municipal e Segurança Social para emissão da licença de utilização. É um novo edifício, totalmente moderno e remodelado, um dos melhores e mais capacitados edifícios sociais do nosso concelho.

Tratando-se de um projeto significativamente diferente, ele foi apreciado na reunião de Direção de 15.10.2019, foi aprovado e após análise foram transmitidas algumas sugestões pelos membros da Direção ao projetista que, tomando-as em consideração, as introduziu no projeto tendo sido o mesmo objeto de aprovação final na reunião de 02.12.2019.

Esta componente, se vista na perspetiva de eliminação de um ponto negativo da instituição (a falta de licenciamento do seu edifício) irá ser adiada por ainda mais tempo uma vez que a intervenção agora prevista é muito mais alargada, também em termos temporais, pelo que a



emissão da licença de utilização deverá retardar mais algum tempo. Contudo, a instituição encontra-se em amplo cumprimento na medida em que tem em vigor a licença de construção para realização das obras correspondentes ao novo projeto de reabilitação, licença de utilização essa inclusive já emitida em face do novo projeto.

Se vista numa perspetiva de investimento, estamos perante o maior projeto da vida da instituição, que por si só acarretará não apenas um investimento muito significativo como a dedicação quase exclusiva desta Direção e subsequentes.

### **3.3 Novas valências**

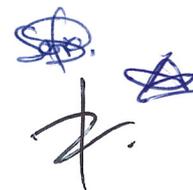
Na reunião de Direção de 17.04.2018 foi aprovado que começassem a ser dados os passos necessários para que o Lar Beneficente de São Jorge, IPSS possa gerir as seguintes valências sociais:

- a) Centro de Dia
- b) Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)

Para além de reunião tida na Segurança Social e início de procedimentos formais com essa entidade, foi apresentada a pretensão da instituição às entidades de gestão social territorial, designadamente à Comissão Social InterFreguesias (CSIF) do Vale do Selho e ao Conselho Local de Ação Social (CLAS).

Assim, a CSIF veio a pronunciar-se em 08.11.2018 a favor da pretensão manifestada pelo Lar de São Jorge em constituir aquelas duas novas valências, por unanimidade. Também por unanimidade se veio a pronunciar do CLAS, já no decurso do exercício que se vem de analisar, em 21.01.2019.

No entanto e apesar das várias diligências durante o ano de 2019 para que se pudesse proceder à instalação provisória destas valências, na sequência de reunião tida no Centro Distrital de Braga da Segurança Social (de que se dá nota na reunião de Direção de 15.10.2019), foi transmitido não ser possível a instalação provisória do serviço de SAD na instituição, aproveitando as atuais instalações, designadamente a parte da cozinha, para o efeito. Deu-se então por concluída a intenção de instalação provisória das novas valências sociais, ficando a mesma postecipada para quando vierem as estar concluídas as obras de reabilitação do edifício-



sede.

Contudo, em recente reunião (já no ano 2020 e já com a participação da nova Diretora Técnica que entrou em funções também no decurso do ano de 2020), foi levantada novamente esta possibilidade pelo que, apesar dos muitos passos dados em 2019 e se ter concluído pela inviabilidade da pretensão, aparentemente poderá haver desenvolvimentos no decurso do ano de 2020.

### **3.4 Gestão de Pessoal**

#### **3.4.1 Reformulação da organização dos tempos de trabalho (criação de turnos)**

A proposta de reformulação dos tempos de trabalho, apesar de ter entrado em vigor em 01.01.2019 não conseguiu ser materialmente implementado no decurso do ano 2019. Nunca foi atingido o número de trabalhadoras necessárias para o poder implementar, pelo que as decisões da Direção neste particular foram sendo sempre dificultadas e/ou impossibilitadas por não terem sido iniciados os procedimentos de contratação das trabalhadoras necessárias a permitir que seja feita a gestão de pessoal pretendida, desde a primeira hora defendida e implementada pela 1ª Secretária, Patrícia Fernandes.

Trata-se de um sistema já devidamente aprovado pela Segurança Social pelo que poderá ser revista a oportunidade da sua implementação.

#### **3.4.2 Diversos**

De referir que se mantêm integralmente as importantes medidas anunciadas em 2018 e que, pela importância, se repetem:

- a) Revisão/Atualização da situação salarial das trabalhadoras implicando o pagamento de um acréscimo de € 10/mês sobre cada vencimento correspondente ao RMMG (salário mínimo nacional), deixando assim esta instituição de pagar salário mínimo pagando sempre um mínimo de € 10,00 acima desse montante;
- b) Utilização de novos contratos de trabalho de acordo com minuta que atualizou os modelos que vinham sendo utilizados e os adaptou plenamente não apenas à legislação vigente com ainda às alterações decididas pela Direção.



- c) Ao nível de pessoal clínico disponibilização aos utentes de enfermeira (contrato de trabalho tempo completo), médica (tempo parcial), psicóloga (tempo parcial) e fisioterapeuta (tempo parcial)

### **3.5 Gestão Financeira**

Como é fácil de perceber da análise ao ponto anterior, as decisões tomadas relativas à gestão de pessoal exerceram uma forte pressão sobre as contas da sociedade, o que levou a que tivessem que ser tomadas algumas medidas, do lado das receitas, para procurar compensar o acréscimo de gastos com pessoal. Designadamente a que a seguir se indica:

#### **3.5.1 Comparticipação familiar**

A comparticipação familiar é o contributo das famílias dos utentes para compensar a parte remanescente (para atingir o valor mínimo por utente imposto por lei) após somadas as reformas dos utentes ao contributo da Segurança Social. Trata-se de uma matéria que estava muitíssimo deficitária uma vez que a quase totalidade das famílias dos nossos utentes às quais competia suportar uma comparticipação familiar não o estavam a fazer o que torna naturalmente mais difícil suportar o equilíbrio financeiro da instituição. Sendo esta praticamente a única receita onde se pode tentar mexer com vista a obter uma melhoria do lado das receitas.

Em 2018 operou-se uma reformulação no sistema e forma de captação da Comparticipação familiar tendo sido criada uma nova forma de cobranças e uma nova modalidade contratual (novo contrato de alojamento e prestação de serviços em ERPI), que desde início comprometa juridicamente as famílias ao cumprimento da sua obrigação de comparticipação, estabelecendo solidariedade entre todos, sempre que a reforma do utente, adicionada do contributo do Estado via Segurança Social, não sejam bastante para cumprir o montante mensal exigido pela entidade fiscalizadora.

Como consequência destas medidas o ano de 2019 já revelou um aumento nas receitas advindas da comparticipação familiar da ordem dos 16.834,31€ (1.403,00€/mês) correspondente a um aumento de 7,5% nas receitas advindas deste método de cobrança (2018: 227.186,46€ / 2019: 244.020,77€).



### **3.5.2. RMISSG (Regulamento Municipal de Instituições de Solidariedade Social de Guimarães)**

Na sequência da obtenção de licença de construção foi já possível à instituição submeter candidatura ao RMISSG, tendo-se candidato, como sucede com todas as demais instituições de Guimarães, a um subsídio do Município de Guimarães a atribuir ao abrigo deste regulamento. Assim, por força da atuação da Direção o primeiro subsídio público deste âmbito a que esta instituição teve direito desde a sua fundação foi atribuído no decurso deste ano de 2019 tendo, na reunião de Câmara Municipal de 30.05.2019, sido aprovados os subsídios a atribuir às IPSS do concelho de Guimarães no âmbito do RMISSG, tendo, nessa ocasião, sido aprovado um apoio de € 11.000,00 ao Lar Beneficente de São Jorge, IPSS que serviu para aquisição de eletrodomésticos renovando totalmente as máquinas de lavar roupa que a instituição detinha.

### **3.5.3 Consignação de 0,5% IRS**

Em 2018 e por iniciativa do Tesoureiro da instituição procedeu-se à inscrição da instituição perante a Autoridade Tributária, imprescindível para que possa ser objeto da consignação deste montante por qualquer empresa ou cidadão.

Como tal apenas em 2019 poderia ser dada sequência a esta faculdade, que no fundo cria uma nova receita para a instituição, até aqui inexistente. Não foi ainda feita uma campanha organizada com este objetivo, mas foram já feitas abordagens pontuais a cidadãos e empresas por forma que identificassem o Lar Beneficente de São Jorge como beneficiário, sendo que o valor correspondente a esta importante iniciativa apenas poderá ser espelhado no relatório e contas relativo ao ano 2020.

### **3.5.4 Aplicação de fundos financeiros**

Mantém-se a distribuição por diferentes instituições bancárias do produto da poupança da instituição de molde a que não fique em nenhuma delas depositada montante superior àquele que é objeto de garantia de devolução por parte do Banco Central Europeu (BCE), assim se assegurando que ainda que possa surgir um problema com alguma das instituições bancárias selecionadas, estejam salvaguardados os restantes depósitos da instituição.

Com a realização de um novo depósito com vista a aplicação de fundos financeiros, tal como referido na ata de 15.10.2019, a instituição possui neste momento aplicações financeiras nas seguintes instituições bancárias: Millennium BCP; Euro BIC; Banco BIG; Caixa Geral de Depósitos.



### **3.6 Gestão Administrativa**

Após a autêntica revolução operada no decurso do ano de 2018, onde foram implementadas quase todas as medidas basilares de organização informática e gestão administrativa que urgia fazer, a saber:

- a) Criação de Ficheiro de Associados
- b) Remodelação informática
- c) Registo dos Estatutos do Lar Beneficente de São Jorge, IPSS
- d) Novos modelos de comunicação institucional

Após essas intervenções serão naturalmente mais reduzidas as intervenções e inovações nos anos subsequentes, como sucede com o presente. Não obstante, foram ainda assim tomadas as seguintes iniciativas:

#### **3.6.1 Criação de nova Ficha de Inscrição de Associado**

Após a criação do novo ficheiro de associados no decurso do exercício de 2018 foi na reunião de 21.05.2019 aprovada a versão de ficha individual de associado, nos termos do então definido, ficando assim a reorganização administrativa da instituição concluída.

### **3.7 Gestão Social e Comunitária**

#### **3.7.1 Torneio de Sueca**

Após a criação do novo ficheiro de associados no decurso do exercício de 2018 foi na reunião de 21.05.2019 aprovada a versão de ficha individual de associado, nos termos do então definido, ficando assim a reorganização administrativa da instituição concluída.

Desde início do mandato destes órgãos sociais que foi identificado um problema da instituição para com a comunidade, de falta de entrosamento, de ausência de iniciativas que promovessem o encontro com a comunidade e inclusive de uma imagem deteriorada associada a um certo fechamento e clausura face à comunidade envolvente. A verdade é que apesar de se ter inscrito



esta como uma preocupação dos órgãos sociais eleitos em 2017, não surgiram, designadamente por parte das colaboradoras com funções dirigentes, propostas de iniciativas que pudessem ser levadas a cabo.

Contudo, no relatório da psicóloga entregue à Direção no decurso do ano em análise foram feitas uma série de sugestões neste particular, incentivando a que a instituição organizasse encontros de carácter lúdico com a comunidade, dando-se inclusive algumas sugestões. Foi nessa conformidade que, numa iniciativa conjunta do Lar de São Jorge com a Junta de Freguesia de São Jorge de Selho, teve lugar nas instalações da instituição, nos dias 8, 9 e 10 de julho, um torneio de sueca aberto à comunidade, que contou com a participação de muitos populares que, desse modo, se misturaram com os utentes, trouxeram alegria e convívio às nossas instalações e permitiram aos nossos utentes poder assistir e em alguns casos participar nos jogos. Iniciativa sugerida pela Psicóloga da instituição que demonstrou ter um efeito muito mais positivo e impressivo na instituição do que o acompanhamento psicológico dos utentes em sentido estrito.

### **3.7.2 Festa da Família**

Não se tendo embora verificado no decurso do ano 2019, na reunião de 15.10.2019 foi decidido realizar o evento «FESTA DA FAMÍLIA», sempre a partir da Páscoa já em plena Primavera ou Verão. Será um evento com a característica de “Open Day” ou “Dia para a Comunidade”, com periodicidade anual (ou bianual) de maior envolvimento da comunidade, a realizar num sábado, dia em que as famílias dos utentes serão convidadas a passar a tarde num evento organizado pela instituição, com música e atividades.

Contudo, pelo que melhor se verá no ponto seguinte, esta iniciativa projetada em 2019 para ter lugar em 2020 acabou por não se realizar.

### **3.8 Outras informações**

Importa neste ponto referir que a aprovação do presente relatório de atividade ocorre já no final do mês de setembro, e não até final de março como todos os anos sucede, precisamente porque no decurso do ano 2020 o Mundo foi colhido, a partir de meados de fevereiro do corrente ano mas com particular incidência em Portugal a partir de 13.03.2020, por uma pandemia (epidemia de proporções globais) de um coronavírus designado de Sars-Cov-2 que deu origem á doença designada de Covid-19.



A propagação deste vírus (com origem na China) pelo Mundo inteiro, conduziu à determinação de quarentena obrigatória em grande parte dos países europeus, o que se aplicou igualmente em Portugal, tendo fechado escolas, comércio, restaurantes, quase todas as atividades com exceção para as de natureza industrial foram encerradas no nosso país, depois da declaração, deliberada pela Assembleia da República após solicitação do Presidente da República, de Estado de Emergência.

As implicações do Estado de Emergência com aplicação de fortíssimas restrições à mobilidade, teve particular impacto nos lares de idosos (ERPI) que foram literalmente fechados à comunidade por forma a proteger os seus utentes, que são a população de maior risco no âmbito do coronavírus COVID-19. Por essa razão, não houve reuniões de Direção desde fevereiro de 2020 e não foi como tal possível realizar a apreciação do Relatório de Atividades da instituição nos prazos normais.

Em todo o caso, a incidência da pandemia da Covid-19 na instituição será naturalmente tratada no Relatório de Atividades relativo ao ano 2020.

#### 4 Perspetivas Futuras

Do ponto de vista de investimentos e intervenções, temos como natural prioridade a **obra de readaptação e atualização do edifício onde se encontra instalada o ERPI** que, após aprovação na reunião de 02.12.2019, será durante o ano 2020 entregue na Segurança Social para dar início às aprovações necessárias com vista a poder ser iniciada a intervenção. Esta intervenção dotará a instituição do seguinte:

- a. Aumento em 15 utentes da capacidade da valência social de ERPI passando para um total de 50 utentes (para o que detemos já parecer prévio positivo por parte da Segurança Social);
- b. Instalação da valência social de Centro de Dia;
- c. Instalação da valência social de Serviço de Apoio Domiciliário.



LAR BENEFICENTE DE  
**S. JORGE**

dedicação e serviço

Pevidém, 7 de setembro de 2020

**Contabilista Certificado**

Sofia Daniela Leite Salgado

**A Direção**

AGSI

Luís Carlos



LAR BENEFICENTE DE  
**S. JORGE**

dedicação e serviço

Moeda: Euro  
Contribuinte: 501 268 138

## Balanço

(ESNL)

Período findo em 31 de Dezembro de 2019

Rubricas	Notas	2019	2018
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	4.1/6	562 808,00	581 333,87
Bens do património histórico e cultural		0,00	0,00
Propriedades de Investimento		0,00	0,00
Ativos Intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros	12.1	1 388,98	784,50
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Subtotal		564 196,98	582 118,37
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários		0,00	0,00
Clientes	12.2	1 903,80	703,76
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	4.6/12.3	1 620,04	2 811,46
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outras contas a receber	12.4	200,00	0,00
Diferimentos	12.5	3 664,16	3 290,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	4.3/12.6	446 820,83	382 062,91
Subtotal		454 208,83	388 868,13
Total do ativo		1 018 405,81	970 986,50
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos Patrimoniais</b>			
Fundos	4.5/12.7	36 521,03	36 521,03
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas	4.5/12.7	186 493,12	186 493,12
Resultados transitados	4.5/12.7	526 880,03	506 405,60
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações de fundos patrimoniais	4.5/9/12.7	179 252,76	175 992,10
Subtotal		929 146,94	905 411,85
Resultado líquido do exercício		34 663,11	20 474,43
Total do fundo de capital		963 810,05	925 886,28
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
Subtotal		0,00	0,00
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	4.4/12.8	1 277,21	1 321,22
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	4.6/12.1	7 207,23	6 227,72
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outras contas a pagar	12.9	46 111,32	37 551,28
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
Subtotal		54 595,76	45 100,22
Total do Passivo		54 595,76	45 100,22
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 018 405,81	970 986,50

A Direção \_\_\_\_\_

O Contabilista Certificado \_\_\_\_\_

Lar Beneficente de S. Jorge | Rua de S. Jorge, n.º 304 | Selho S. Jorge | 4835-351 Guimarães

Telefone: 253 532622 | Fax: 253 534654 | Email: geral@larsaojorge.pt



LAR BENEFICENTE DE  
**S. JORGE**

dedicação e serviço

Moeda: Euro  
Contribuinte: 501 268 138

## Demonstração de resultados por naturezas

(ESNL)

Período findo em 31 de Dezembro de 2019

Rendimentos e Gastos	Notas	2019	2018
Vendas e serviços prestados	8	244 020,77	227 186,46
Subsídios, doações e legados à exploração	9	171 481,24	166 197,49
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-46 441,53	-44 885,47
Fornecimentos e serviços externos	12.10	-60 880,99	-60 570,44
Gastos com o pessoal	10	-255 264,08	-252 214,55
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	12.11	10 821,05	10 828,68
Outros gastos e perdas	12.12	-774,98	-825,23
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>62 961,48</b>	<b>45 716,94</b>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6	-29 430,57	-26 000,15
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>33 530,91</b>	<b>19 716,79</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	12.13	1 132,20	757,64
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>34 663,11</b>	<b>20 474,43</b>
Impostos sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado liquido do período</b>		<b>34 663,11</b>	<b>20 474,43</b>

A Direção \_\_\_\_\_

O Contabilista Certificado \_\_\_\_\_

*AGG*

*Sofia Daniela Leão Salgado*

*[Handwritten signature]*



LAR BENEFICENTE DE  
**S. JORGE**

dedicação e serviço

Moeda: Euro  
Contribuinte: 501 268 138

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

(ESNL)

Período findo em 31 de Dezembro de 2019

RUBRICAS	Notas	2019	2018
<b>Fluxos de caixa de atividades operacionais - método direto</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		242 820,77	226 486,50
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-108 020,23	-99 277,64
Pagamentos ao pessoal		-179 877,22	-192 731,24
Caixa geradas pelas operações		-45 076,68	-65 522,38
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		104 960,66	100 943,73
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		59 883,98	35 421,35
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		-10 904,70	-38 812,08
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		-604,48	-679,56
Outros ativos		0,00	0,00
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		10 904,70	0,00
Juros e rendimentos similares		1 132,20	757,64
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		527,72	-38 734,00
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de</b>			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		4 346,22	88,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de atividades de financiamento (3)		4 346,22	88,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		64 757,92	-3 224,65
Efeitos das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		382 062,91	385 287,56
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12.6	446 820,83	382 062,91

A Direção

O Contabilista Certificado

Lar Beneficente de S. Jorge | Rua de S. Jorge, n.º 304 | Selho S. Jorge | 4835-351 Guimarães

Telefone: 253 532622 | Fax: 253 534654 | Email: geral@larsaojorge.pt



## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 1. Identificação da Entidade

Denominação Social: Lar Beneficente de S. Jorge

Sede: Rua de S. Jorge, 304, 4835-351 Guimarães

NIPC: 501 268 138

Constituição: 01/03/1954

Atividade Principal: Atividades Apoio Social para pessoas idosas com alojamento

#### Corpos Gerentes

- **Direção**

Presidente – André Guimarães Coelho Lima

Vice-Presidente – Manuel José da Cunha Teixeira e Melo

Tesoureiro – José Eduardo Salgado Fontão

Primeiro Secretário – Patrícia Gabriela da Cunha Ferreira Fernandes

Segundo Secretário – Paula Mota Correia

Vogal – José Miguel Fernandes Coelho Lima

Vogal – Maria Micaela Barroso Fontão

Suplente – Eduardo Jorge Vidal Ferreira Fernandes

Suplente – Teresa Maria Almeida Machado

Suplente – Maria de Lurdes Correia Ribeiro

Suplente – Amílcar César Faria Varela

- **Assembleia Geral:**

Presidente – Luís da Cunha Teixeira e Melo

Primeiro Secretário – Francisco Manuel Guimarães Coelho Lima

Segundo Secretário – António Carlos Almeida Salazar

Suplente – Adelino Ribeiro de Abreu

- **Conselho Fiscal:**

Presidente – Albano de Abreu Coelho Lima

Lar Beneficente de S. Jorge | Rua de S. Jorge, n.º 304 | Selho S. Jorge | 4835-351 Guimarães

Telefone: 253 532622 | Fax: 253 534654 | Email: geral@larsaojorge.pt



Vogal – Luís Filipe Rodrigues Marques Teixeira e Melo

Vogal – Maria Gabriela Rodrigues Marques Teixeira e Melo

Suplente – Ana Margarida Rodrigues Machado

## **2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

**2.1** Em 2019, as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726B/2011 de 14 de Março;
- NCRF ESNL e Normas Interpretativas (NI).

**2.2** Não existem contas de Balanço ou de Demonstração de Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com as do exercício anterior.

## **3. Principais Políticas Contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

### **3.1 Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).



*[Handwritten signature and initials in blue ink]*

### **3.1.1 Continuidade**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

### **3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica)**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebido e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

### **3.1.3 Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

### **3.1.4 Materialidade e Agregação**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras, podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.



### **3.1.5 Compensação**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### **3.1.6 Informação Comparativa**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

## **3.2 Futuro e incertezas**

Dada a expectativa de continuidade dos serviços do Lar Beneficente de S. Jorge, e considerando a sua procura crescente mantém-se o mesmo cenário positivo e não se antevêm fatores de incerteza quanto às estimativas.

## **4 Políticas de Reconhecimento e Mensuração**

### **4.1 Ativos Fixos Tangíveis**

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estejam em condições de ser utilizados, pelo



S.S.B.  
P.

método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

#### **4.2 Inventários**

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

#### **4.3 Caixa e Depósitos Bancários**

Esta rubrica inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### **4.4 Fornecedores e outros passivos correntes**

As contas a pagar a fornecedores e outros passivos correntes, que não vencem juros, são registados pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

#### **4.5 Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após a dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

#### **4.6 Estado e Outros Entes Públicos**

Nos termos do nº 1 do artigo 10º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou



S.S.B.  
CA  
J

predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.

Assim, os rendimentos referidos encontram-se isentos de IRC.

#### 4.7 Regime do Acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas outros ativos e passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

## 5 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

Não se verificam quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

## 6 Ativos Fixos Tangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos períodos de 2019 e 2018 foi o seguinte:

	2019							TOTAL
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Investimentos em curso	
<b>QUANTIA ESCRITURADA BRUTA:</b>								
Saldo em 31.12.2018	18.027,59	1.022.251,27	117.539,61	28.181,73	39.194,93	-	-	1.225.195,13
Adições	-	-	10.904,70	-	-	-	-	10.904,70
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Retiradas	-	-	-	-	-	-	-	-
Activos detidos p/ venda	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2019	18.027,59	1.022.251,27	128.444,31	28.181,73	39.194,93	-	-	1.236.099,83
<b>DEPRECIACÕES ACUMULADAS:</b>								
Saldo em 31.12.2018	17.941,59	476.696,92	83.203,61	28.181,73	37.837,41	-	-	643.861,26
Adições	43,00	22.816,44	6.028,19	-	542,94	-	-	29.430,57
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-



*[Handwritten signatures and initials]*

Retiradas	-	-	-	-	-	-	-	-
Activos detidos p/ venda	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31.12.2019</b>	<b>17.984,59</b>	<b>499.513,36</b>	<b>89.231,80</b>	<b>28.181,73</b>	<b>38.380,35</b>	-	-	<b>673.291,83</b>

**PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS:**

<b>Saldo em 31.12.2018</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Retiradas	-	-	-	-	-	-	-	-
Activos detidos p/ venda	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31.12.2019</b>	-	-	-	-	-	-	-	-

<b>QUANTIA ESCRITURADA</b>	<b>43,00</b>	<b>522.737,91</b>	<b>39.212,51</b>	<b>0,00</b>	<b>814,58</b>	-	<b>0,00</b>	<b>562.808,00</b>
----------------------------	--------------	-------------------	------------------	-------------	---------------	---	-------------	-------------------

**2018**

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Investimentos em curso	TOTAL
<b>QUANTIA ESCRITURADA BRUTA:</b>								
<b>Saldo em 31.12.2017</b>	18.027,59	1.022.251,27	92.604,58	28.181,73	37.565,94	-	-	<b>1.198.631,11</b>
Adições	-	-	24.935,03	-	1.628,99	-	-	<b>26.564,02</b>
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Retiradas	-	-	-	-	-	-	-	-
Activos detidos p/ venda	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31.12.2018</b>	<b>18.027,59</b>	<b>1.022.251,27</b>	<b>117.539,61</b>	<b>28.181,73</b>	<b>39.194,93</b>	-	-	<b>1.225.195,13</b>

**DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS:**

<b>Saldo em 31.12.2017</b>	17.898,59	453.880,48	80.334,37	28.181,73	37.565,94	-	-	<b>617.861,11</b>
Adições	43,00	22.816,44	2.869,24	-	271,47	-	-	<b>26.000,15</b>
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Retiradas	-	-	-	-	-	-	-	-
Activos detidos p/ venda	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31.12.2018</b>	<b>17.941,59</b>	<b>476.696,92</b>	<b>83.203,61</b>	<b>28.181,73</b>	<b>37.837,41</b>	-	-	<b>643.861,26</b>

**PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS:**

<b>Saldo em 31.12.2017</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Retiradas	-	-	-	-	-	-	-	-
Activos detidos p/ venda	-	-	-	-	-	-	-	-



Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-	-	-	-	-

QUANTIA ESCRITURADA	86,00	545.554,35	34.336,00	0,00	1.357,52	-	0,00	581.333,87
---------------------	-------	------------	-----------	------	----------	---	------	------------

## 7 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01/01	Compras	Reclass. e Regul.	Inventários em 31/12	Consumos
<b>Em 2019</b>					
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00 €	46 441,53 €	0,00 €	0,00 €	46 441,53 €
<b>Em 2018</b>					
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00 €	44 885,47 €	0,00 €	0,00 €	44 885,47 €

## 8 Rédito

O rédito é reconhecido no momento da prestação e pelo seu contravalor. Para os períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2019	2018
Vendas	0,00 €	0,00 €
Prestações de Serviços	244 020,77 €	227 186,46 €
<i>Mensalidade Utentes</i>	244 020,77 €	227 186,46 €
<b>Total</b>	<b>244 020,77 €</b>	<b>227 186,46 €</b>

## 9 Subsídios do Governo e apoios do Governo

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a entidade cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios não reembolsáveis para financiamento de aquisições de ativos tangíveis são inicialmente reconhecidos nos Fundos patrimoniais, na rubrica outras variações nos fundos



SJB. A  
P.

patrimoniais, e reconhecidos na demonstração dos resultados de cada período, em rendimentos e ganhos operacionais, proporcionalmente às depreciações dos ativos a que respeitam.

Os registos contabilísticos em 2019 e 2018 foram os seguintes:

Descrição	2019				
	Saldo Inicial	Recebimentos	Regularizações	Reconhecimento Anual	Saldo Final
Subsídios para investimento					
PIDDAC	175 992,10 €	0,00 €	0,00 €	6 280,95 €	169 711,15 €
RMISG 2019	10 904,70 €	0,00 €	0,00 €	1 363,09 €	9 541,61€
<b>Total</b>	<b>175 992,10 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>7 644,04 €</b>	<b>179 252,76 €</b>
Descrição	2018				
	Saldo Inicial	Recebimentos	Regularizações	Reconhecimento Anual	Saldo Final
PIDDAC	182 273,05 €	0,00 €	0,00 €	6 280,95 €	175 992,10 €
<b>Total</b>	<b>182 273,05 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>6 280,95 €</b>	<b>175 992,10 €</b>

A 31 de Dezembro de 2019 e 2018 a Entidade reconheceu os seguintes rendimentos nas rubricas de “Subsídios do Estado e outros Entes Públicos”, “Subsídios de Outras Entidades e Doações”:

Descrição	2019	2018
<b>Subsídios do Governo</b>		
ISS, IP - Centro Distrital		
Acordos de Cooperação - Participações	167 135,02 €	163 105,95 €
IEFP	0,00 €	3 003,54 €
Doações/Donativos	4 346,22 €	88,00 €
<b>Total</b>	<b>171 481,24 €</b>	<b>166 197,49 €</b>

## 10 Benefícios dos empregados

Os órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2019 foi de 17 e em 31/12/2018 foi de 18.



SSB  
AS  
P.

Descrição	2019	2018
Remunerações ao pessoal	206 128,20 €	205 368,41 €
Encargos sobre as Remunerações	46 020,59 €	44 325,33 €
Seguros acidentes no trabalho e doenças profissionais	2 672,29 €	2 100,81 €
Outros gastos com o pessoal	443,00 €	420,00 €
<b>Total</b>	<b>255 264,08 €</b>	<b>252 214,55 €</b>

A contínua reorganização do orgânico de acordo com as exigências das entidades de supervisão, as atualizações salariais e o aumento da taxa da segurança social única justificam os valores contabilizados em 2019.

## 11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 12 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 12.1 Investimentos Financeiros

A rubrica “Investimentos Financeiros” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Fundos de Compensação do Trabalho	1 388,98 €	784,50 €
<b>Total</b>	<b>1 388,98 €</b>	<b>784,50 €</b>

### 12.2 Clientes

A rubrica “Clientes” está dividida da seguinte forma:



Descrição	2019	2018
Clientes c/c	1 903,80 €	703,76 €
<b>Total</b>	<b>1 903,80 €</b>	<b>703,76 €</b>

### 12.3 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica “Estado e Outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o valor Acrescentado	1 620,04 €	2 811,46 €
<b>Total</b>	<b>1 620,04 €</b>	<b>2 811,46 €</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o valor Acrescentado		
Retenção de Impostos sobre rendimento - trabalho dependente	1 274,00 €	1 369,00 €
Retenção de Impostos sobre rendimento - rend. Profissionais	195,50 €	135,00 €
Contribuições para a Segurança Social - TSU	5 737,73 €	4 723,72 €
<b>Total</b>	<b>7 207,23 €</b>	<b>6 227,72 €</b>

### 12.4 Outras Contas a Receber

A rubrica “Outras Contas a Receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
Outros Credores	200,00 €	0,00 €
<b>Total</b>	<b>200,00 €</b>	<b>0,00 €</b>

### 12.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
Seguros	3 664,16 €	3 290,00 €
<b>Total</b>	<b>3 664,16 €</b>	<b>3 290,00 €</b>



*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

### 12.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2019 e 2018, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
Caixa	6 195,61 €	20 700,79 €
Depósitos à Ordem	140 004,11 €	161 054,12 €
Depósitos a Prazo	300 621,11 €	200 308,00 €
<b>Total</b>	<b>446 820,83 €</b>	<b>382 062,91 €</b>

### 12.7 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	2019	2018
Fundos	36 521,03 €	36 521,03 €
Reservas	186 493,12 €	186 493,12 €
Resultados Transitados	526 880,03 €	506 405,60 €
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	179 252,76 €	175 992,10 €
Resultado Líquido do Exercício	34 663,11 €	20 474,43 €
<b>Total</b>	<b>963 810,05 €</b>	<b>925 886,28 €</b>

### 12.8 Fornecedores

O saldo da rubrica “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Fornecedores c/c	1 277,21 €	1 321,22 €
<b>Total</b>	<b>1 277,21 €</b>	<b>1 321,22 €</b>

### 12.9 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras Contas a Pagar” está composta da seguinte forma:



S.S.B.  
P.

Descrição	2019	2018
Pessoal	5 409,63 €	0,00 €
Credores por acréscimos de gastos	35 888,79 €	32 900,94 €
Outros Credores	4 812,90 €	4 650,34 €
<b>Total</b>	<b>46 111,32 €</b>	<b>37 551,28 €</b>

### 12.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, foi a seguinte:

Descrição	2019	2018
Serviços Especializados	24 182,80 €	18 731,49 €
Materiais	2 432,71 €	2 748,77 €
Energia e Fluidos	27 094,64 €	31 716,26 €
Deslocações, Estadas e Transportes	673,85 €	512,10 €
Serviços Diversos	6 496,99 €	6 861,82 €
<b>Total</b>	<b>60 880,99 €</b>	<b>60 570,44 €</b>

### 12.11 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Descontos de pronto pagamento	0,03 €	68,35 €
Correções relativas a períodos anteriores	253,00 €	0,00 €
Imputação de subsídios para o investimento	7 644,04 €	6 280,95 €
Indemnização por falta de aviso prévio	912,00 €	1 160,00 €
Quotas dos Associados	333,00 €	518,00 €
Outros Rendimentos	1 678,98€	2 801,38 €
<b>Total</b>	<b>10 821,05 €</b>	<b>10 828,68 €</b>



### 12.12 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Impostos	177,81 €	90,56 €
Outros Gastos	597,17 €	734,67 €
<b>Total</b>	<b>774,98 €</b>	<b>825,23 €</b>

### 12.13 Juros e Rendimentos similares obtidos

A rubrica de “Juros e Rendimentos similares obtidos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Juros obtidos de depósitos	1 132,20 €	757,64 €
<b>Total</b>	<b>1 132,20 €</b>	<b>757,64 €</b>

### 12.14 Acontecimentos após a data de Balanço

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2019 foram aprovadas pela Mesa Administrativa.

Apesar de, felizmente ainda não ter havido qualquer utente ou colaborador do Lar infectado com Covid-19, a Instituição preparou após a declaração pela OMS da pandemia do vírus Sars-Cov2 – Covid 19, um plano de contingência, cuja execução a direcção tem vindo a acompanhar, e que tem sido permanentemente actualizado conforme as instruções que vão sendo emitidas pela DGS.

A direcção está convicta de que criou todas as condições à direcção técnica, nomeadamente financeiras, por forma a que todas as medidas constantes do plano de contingência possam ser postas em prática, sendo assim garantida a segurança dos utentes e dos colaboradores.

A direcção está a acompanhar a evolução da situação do vírus Covid-19 a nível nacional, com vista a assegurar que todas as medidas que se afigurem necessárias para minimizar o impacto do vírus Covid-19 na Instituição sejam tomadas atempadamente.



LAR BENEFICENTE DE  
**S. JORGE**

dedicação e serviço

Pevidém, 7 de Setembro de 2020

**Contabilista Certificado**

Sofia Daniela Leite Salgado

**A Direção**

ABCL

[Handwritten Signature]